

Comunicação e Cultura: um novo olhar

O objetivo dessas reflexões, que espero possam alimentar o debate ou despertar uma inquietação nas pessoas, é o de procurar encontrar, dentro das possibilidades teóricas oferecidas no âmbito dos estudos de comunicação e cultura, lugares ou situações que favoreçam a elaboração de uma subjetividade propícia à emergência de sujeitos sociais, entendidos aqui como atores, empenhados mais em produzir do que consumir normas sociais e identificados com as lutas por mais liberdades e mais direitos.

A elaboração de uma subjetividade que conduza ao indivíduo livre, capaz de desenvolver integralmente suas potencialidades, acontece sempre no interior de determinadas relações sociais e discursivas, isto é, como um produto social, fato que nos remete ao âmbito da comunicação e da cultura, das relações sociais e dos recursos discursivos. Nos diversos recursos discursivos existentes em uma dada sociedade, nas diferentes falas que circulam socialmente, na ideologia, nos meios de comunicação de massa e em muitas outras instâncias formais e informais de socialização, prevalecem os elementos da cultura hegemônica. Os estudos em comunicação têm, ao longo do tempo, procurado dar conta das diversas formas como os discursos sociais se entrelaçam, assim como das práticas que lhes dão origem ou que eles sugerem. Para entender os distintos

enfoques a partir dos quais estas questões vêm sendo abordadas algumas considerações iniciais se impõem, tanto no que diz respeito aos caminhos já percorridos por estudos anteriores, como no que se refere a novos mapas teóricos que indicam aproximações capazes de iluminar outros ângulos dos fenômenos comunicacionais e culturais.

Estudos em comunicação e cultura: percursos

Ao se pretender associar processos comunicativos à constituição de sujeitos sociais é necessário superar as proposições teóricas que encaram a comunicação a partir de modelos construídos com base em um fluxo *emissor-canal-mensagem-receptor*, dentre outras razões porque nestas análises existe a tendência de privilegiar e muitas vezes isolar um dos termos. Nessa perspectiva, mesmo quando a ênfase é dada ao receptor, o faz de modo a encará-lo com objeto da comunicação, como “receptivo” a todo tipo de mensagem, o que lhe nega autonomia maior do que a de escolher entre a variedade de produtos culturais oferecidos.

Um dos conceitos bastante utilizados por análises que se baseavam em “modelos” de comunicação construídos foi o de ideologia, e embora tenha trazido uma grande contribuição, hoje se considera que foi empregado em grande escala e muitas vezes em prejuízo de uma relação verdadei-

Maria Luisa Mendonça é Professora da Universidade Federal de Goiás e Doutoranda junto à Escola de Comunicações e Artes da USP.



ramente dialética, isto é, fundamentou teoricamente análises que explicavam, meio mecanicamente, as idéias circulantes com sendo sempre aquelas impostas pelas classes dominantes e, em direção inversa, atribuíam às idéias e expressões culturais subalternas um caráter alienado, passivamente sujeito à dominação ou conscientemente resistente. Sua utilização se estendeu também aos estudos relacionados à linguagem e às análises dos textos diversos que circulam socialmente, apontando ou estabelecendo vínculos entre o que era dito e os sempre presentes interesses de classes.

A utilização do conceito de ideologia nos estudos de comunicação de massa, desenvolveu duas vertentes de estudos que podem ser consideradas prioritárias: por um lado, a dos chamados de “estudos de denúncia”, trouxe à tona a reafirmação do caráter manipulador dos meios e sua capacidade de inocular, numa massa acrítica, idéias e ideais conformes aos interesses do poder. Preocupavam-se em denunciar a alienação a que eram submetidas as populações. Na outra ponta surgem, na década de 70, os “discursos de resistência”, quase sempre identificados com a “cultura popular” e que apostavam na manutenção ou preservação de interesses de classe de certos tipos de expressão cultural popular como forma de resistir ou de se antepor à manipulação homogeneizante dos meios de massa. Estes estudos encaravam o popular ou subalterno como basicamente resistentes e ressaltavam suas possibilidades contestadoras e até mesmo revolucionárias, bastando para isso que a cultura popular fosse expurgada de sua alienação para que assumisse sua função transformadora. Nas duas vertentes encontra-se delineado o destino a que os indivíduos das “classes populares” ou proletárias deveriam ser conduzidos: ou à submis-

são fatal ou à libertação redentora. (Isso sem considerar os estudos chamados “administrativos” que procuravam identificar a forma pela qual as indústrias culturais poderiam afetar os comportamentos, modificar opiniões, alterar gostos e preferências - o que indica assumir o potencial manipulador dos meios).

Esta dicotomia conduziu a um empobrecimento das análises, que freqüentemente deixaram de atribuir importância à existência de divergência de interesses - não estruturais, obviamente - no seio da própria classe dominante e que o discurso hegemônico necessita de “âncoras” para ser reconhecido, aceito e incorporado pelas outras camadas sociais. De forma semelhante, o discurso e as práticas das classes dominadas não teriam de ser necessária e automaticamente relacionados à resistência ou à alienação. Evidenciou também uma dificuldade em apreender a especificidade da dinâmica cultural e a multiplicidade de elementos que a conformam, e que na realidade muito possui de vário, gratuito e lúdico. No que diz respeito ao papel dos receptores no processo de comunicação, essas análises retiravam dos “receptores” dos meios de comunicação qualquer possibilidade teórica de intervir ou de participar com sua criatividade e com elementos próprios de sua vivência.

No limite, a forma como foram *Utilizados os conceitos de ideologia* e de dominação não permitiu ver a recepção mesma como um processo em que estão presentes a experiência concreta dos indivíduos, muito menos pôde explicar satisfatoriamente o surgimento de diversos movimentos sociais que não faziam oposição direta à estrutura social e nem poderiam ser classificados como alienados. Entretanto, essa característica, ou deficiência, não foi exclusiva dos estudos em comunicação brasileiros, mas fruto de



uma aplicação meio mecânica do conceito a um modelo de comunicação que pressupunha etapas - emissor, canal, mensagem, receptor- deixando de compreendê-la como um processo.

A contribuição de Gramsci

Mais recentemente as análises passaram a incorporar o conceito de hegemonia, elaborado por Gramsci no início da década de 30. Na interpretação gramsciana, hegemonia significa a capacidade que as classes dominantes possuem de dirigir através do consenso (e não do uso da coerção e da força, embora sejam usadas quando se faz necessário) a vida intelectual, cultural e social de uma determinada sociedade, e de se manter no poder exatamente pelo fato de que as idéias que circulam na sociedade são aquelas do interesse das classes dominantes (ou das frações de classes que compõem o bloco histórico).

A construção da hegemonia e a incorporação das idéias das classes dominantes ocorre no nível das representações, ou seja, a partir do momento em que se pode explicar com os termos definidos e postos em circulação pelo bloco do poder as várias faces da experiência social: a vida cultural, social e mesmo individual. A eficiência da hegemonia ocorre principalmente pelo fato de atuar desde dentro, ou seja, a partir da sua operacionalidade na vida cotidiana dos indivíduos.

O conhecimento das obras de Gramsci e a utilização de seus conceitos nos estudos trouxeram pelo menos duas conseqüências para a compreensão dos fenômenos culturais e comunicacionais nas sociedades:

Em primeiro lugar porque indica que a direção da sociedade pela via do consenso implica a negociação, atribuindo aos indivíduos das classes subalternas a possibilidade de se transformar em atores sociais. O que quer dizer que certas demandas são recuperadas e seu atendimento de certa

forma realizado pelas classes dominantes. Reivindicações são aceitas ou incorporadas em projetos e programas dos grupos dirigentes. Da mesma forma, elementos valorizados na visão de mundo das classes subalternas estão presentes nos produtos das indústrias culturais. Como exemplo, Gramsci afirma a esse respeito que os folhetins populares, dedicados ao grande público, possuem em seu conteúdo elementos da cultura subalterna que foram buscados em sua visão de mundo, identificados e dosados industrialmente de forma a obter sucesso editorial.

Em segundo lugar implica colocar boa parte do confronto social no campo da cultura e das representações sociais. Isso quer dizer que a luta pode se desenvolver também, e de forma significativa, no âmbito da fixação dos significados sociais. Como a cultura é também a referência para a construção dos significados sociais, dos sentidos que as práticas adquirem, torna-se, ela mesma, um campo em que se desenrola o embate para a construção da hegemonia. Este fato pode ser objetivamente observado quando certos discursos marginais ou emergentes (por exemplo, certas tendências do discurso feminista) são apropriados pelas instituições, geralmente despidos de sua radicalidade e devolvidos para o conjunto da sociedade.

Para bem avaliar o impacto que a adoção do conceito de hegemonia trouxe para os estudos em comunicação e cultura, principalmente por sua ligação com a esfera cultural é necessário, neste ponto, deixar claro o que se entende por cultura, pois sua definição vem se alterando e se aprimorando de forma a melhor dar conta dos fenômenos estudados.

Verifica-se, atualmente, a convergência de alguns aspectos das duas principais abordagens do conceito de cultura: a vertente materialista e a idealista. Segundo



Raymond Williams, a vertente materialista é aquela que coloca ênfase em “uma ordem social global no seio da qual uma cultura específica, quanto a estilos de arte, tipos de trabalho intelectual, é considerada produto direto ou indireto de uma ordem primordialmente constituída por outras atividades sociais”¹, (cultura como produto). Na vertente idealista a ênfase é dada à cultura enquanto “espírito formador”, àqueles grandes relatos nacionais que englobam estilos de arte e de trabalho intelectual que permeiam todo o conjunto das atividades especificamente culturais - a linguagem, estilos artísticos e de pensamento (cultura como produtora). Nessa vertente o entendimento de cultura se define em oposição ao de civilização. Enquanto cultura remete a um cultivo de certos valores éticos e morais pertinentes a determinadas populações que ainda não atingiram determinado grau de evolução; civilização associa-se aos processos de desenvolvimento técnico, industrial e à prevalência de procedimentos racionais. Isso significa que cultura poderia ser vista, então, como elemento característico da vida comunitária, ou melhor, de comunidades menores pouco ou de forma nenhuma atingidas pelo desenvolvimento técnico e industrial.

Esta convergência a que Williams se refere possibilita a compreensão de cultura em uma relação dialética com a ordem social global, de maneira que as práticas culturais se diferenciam conforme a experiência social e esta, por sua vez é influenciada pelos padrões culturais vigentes. É ao mesmo tempo constituinte e constituída. Assim, pode-se dizer que uma maneira de expressar adequadamente o conceito de cultura deve incluir referências a um sistema de símbolos compartilhado pelos membros de uma comunidade e um esquema significativo capaz de

conferir sentido a suas práticas e indissociável da ação social à qual atribui sentido. Isso significa conectar o “fazer” cultural dos indivíduos com o processo de constante construção dos sentidos. E, como a cultura se refere às práticas concretas da vida cotidiana e com os processos ideais de reelaboração simbólica e de produção de sentidos em uma sociedade ou em uma comunidade, também está relacionada à práxis (uma prática que se realiza e sobre a qual se pensa criticamente).

Esta ligação entre a cultura e a vida prática, ao “fazer” dos indivíduos, implica assumir que ela é, ao mesmo tempo, condicionada pelas práticas e significações herdadas e capaz de introduzir modificações nessas práticas, isto é, está em constante produção, reprodução e renovação. Trabalhar com essa definição permite assumir também que, sendo a produção cultural de caráter coletivo e atrelada à ação social, os símbolos e significados culturais são passíveis de manipulação, posto que no interior de uma mesma cultura articulam-se concepções e interesses diferentes ou mesmo conflitantes - representantes dos mesmos conflitos presentes nas relações entre grupos e segmentos sociais. Permite ainda compreender a esfera cultural como um cenário em que se desenrolam importantes lutas para a obtenção e manutenção da hegemonia. De forma semelhante, possibilita compreender as diferenças culturais também como resultado da apropriação desigual dos bens materiais e simbólicos socialmente produzidos, e entrever, no espaço cultural, a luta pela fixação dos significados e dos sentidos prevalentes em uma determinada sociedade. Conseqüentemente, um campo no qual se pode preservar ou questionar o consenso, o que lhe assegura um potencial transformador. Canelini, um estudioso das culturas populares, de-

(1) Williams, Raymond. *Cultura*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992, n. 12



fine cultura como “o conjunto dos processos simbólicos através dos quais se compreende, reproduz e transforma a estrutura social”².

Desde esta perspectiva pode-se compreender as diferenças culturais em uma mesma sociedade também a partir da identificação das desigualdades na apropriação dos produtos materiais e simbólicos. Segundo este autor existem culturas populares porque a apropriação desigual dos produtos sociais gera uma elaboração própria das condições de vida e uma forma específica de satisfazer as necessidades de consumo (a participação no produto social é quantitativa e qualitativamente diferenciada). Assim sendo, os estudos sobre as interações entre cultura popular e cultura hegemônica, além de levar em conta esses fatos geradores, deveriam se orientar no sentido de “ver conjuntamente a reprodução do capital - da força de trabalho, das relações de produção e de mercado - a reprodução da vida - a família, a cotidianidade - e a reprodução cultural - o conjunto das relações educativas, comunicacionais - como base dos processos no quais se conformam as culturas populares”³.

Ao mesmo tempo em que se considera que os processos culturais e a produção da cultura comportam diferenciações no interior de uma sociedade, a construção da hegemonia pressupõe o seu contrário, a saber, uma certa homogeneidade social. As sociedades possuem, entretanto, os seus mecanismos de negação da diferença. Negação que não se completa totalmente, porque as diferenças negadas costumam persistir objetivamente, concretamente e se manifestam até mesmo nas distintas interpretações que os diferentes segmentos podem dar a um mesmo conjunto de símbolos. (Por exemplo, o uso diferenciado dos espaços públicos, os usos populares da música erudita, as formas incontidas de extravasar o “emocional”,

etc.). E essa diferenciação se estende à reinterpretação que certos segmentos sociais fazem de conteúdos culturais hegemônicos e que podem estar em desacordo com os interesses e padrões homogeneizantes.

Os estudos de comunicação: novos olhares

A concepção de cultura - enquanto sistemas de símbolos e enquanto atribuição de sentido às práticas e relações sociais - tomada em sua relação com as práticas objetivas e como esfera de construção da hegemonia, permeia importantes linhas de pesquisa em comunicação e cultura e reforça a ênfase que estes estudos colocam nas interações entre os meios de massa e as vivências cotidianas experimentadas pelos indivíduos e grupos. Além de identificar os meios de comunicação, juntamente com outras instituições, como encarregados de fazer prevalecer a visão unificadora e hegemônica da sociedade, estes estudos tentam descobrir como os indivíduos se apropriam e reelaboram diferencialmente os conteúdos culturais.

Para que se possa focalizar melhor a possibilidade teórica de uma participação mais ativa de indivíduos e grupos na construção social dos sentidos, evocamos a contribuição dos chamados “estudos culturais” assim como têm-se desenvolvido na América Latina, especialmente por Martín-Barbero e por Canclini. Nesta proposta, a análise da ideologia dá lugar à construção da hegemonia privilegiando a mediação em detrimento da dominação. Martín-Barbero, em seu livro *De los medios a las Mediaciones* aponta as mediações da cultura como elementos importantes para desfazer a insistência na atomização e passividade dos indivíduos. Essa mediação se relaciona, no caso, com o conjunto de práticas e saberes que tomam a apropriação diferencial e, como as

(2) Canclini, Nestor García e Roncagliolo, Rafael (orgs). *Cultura Transnacional y Culturas Populares*. Lima, IPAL, 1988.
(3) Canclini, Nestor García e Roncagliolo, Rafael (orgs). *Idem*.

práticas e os saberes são sociais, retira do receptor uma outra característica que lhe atribuíam os estudos anteriores: o isolamento. Aos receptores é dada a possibilidade de assumir um perfil mais ativo do que passivo e de se apropriar criativamente dos conteúdos dos meios. Nesta perspectiva ganham relevo a questão da experiência cotidiana e os aspectos relativos à produção de sentido e à luta pela hegemonia, pois é na esfera da elaboração e circulação dos discursos e dos sentidos que se produzem as representações sociais que vão fixar os sentidos e servir de modelo para a construção de identidades. Significa que, para a obtenção da hegemonia é necessário que esses discursos (e as práticas correspondentes) sejam percebidos como desejáveis, significativos e encontrem ressonância nos diferentes segmentos sociais.

Desde esse ponto de vista, a recepção aos meios é considerada ela mesma um processo, dentro do qual sobressaem a pluralidade da vida cotidiana e a multiplicidade de instâncias microsociais como fatores importantes na (con)formação dos indivíduos, no modo em que se inserem no mundo, suas possibilidades, suas maneiras de perceber, interpretar e dar sentido ao mundo e à vida. Isso significa que as análises devem admitir a relevância da experiência concreta na elaboração dos sentidos sociais, porque é, em última instância, a partir da objetividade cotidiana que se constroem e se definem os significados sociais. A partir de uma concepção de cultura que a considera como objetivamente experimentada, isto é, cotidianamente vivida, pode-se assumir que a uma experiência material e cultural de subalternidade correspondem formas de se apropriar do mundo, de interpretá-lo e de valorizá-lo igualmente subalternas, fragmentárias, assimétricas, como de resto já havia

apontado Gramsci. Formas diferenciais, portanto, em que os sentidos prevalentes nem sempre são aqueles desejados pelo pensamento hegemônico.

Entretanto, mesmo estas análises de linha culturalista, que procuram conceder uma posição de maior autonomia para os indivíduos enquanto receptores dos meios, admitem que as possibilidades de “negociação de sentido” encontram limites, porque na atribuição de sentidos não se pode considerar o indivíduo como refratário aos sentidos sociais preexistentes aos quais ele forçosamente se refere ao construir sua subjetividade. Pensar o contrário é cair obrigatoriamente na ficção da autonomia individual que tanto agrada as correntes hegemônicas. E o próprio Martín-Barbero conclui, com certa preocupação, que a construção da hegemonia ocorre, então, a partir de modificações que impõe, desde dentro, ao significado que as práticas possuem para os diferentes grupos. Afirmar também que a atuação dos meios de comunicação de massa possibilita a transformação de “produtos comerciais em instituições familiares ao mesmo tempo em que contribui para mitificar o progresso tecnológico em que as condições econômicas das classes populares se traduzem em desvalorização cotidiana de seus saberes e de suas práticas”⁴.

Além disso, hoje não se pode mais desconhecer as diferentes análises, de diferentes autores, que procuraram mostrar o caráter estruturante dos meios nas sociedades. Ainda que suas premissas, seus pontos de partida possam diferir, suas conclusões são semelhantes: não se pode ignorar sua presença na construção de uma sociabilidade e na difusão de valores que hoje são compartilhados pela imensa maioria das populações. Mesmo quando as análises pressupõem uma “negociação”, um diálogo entre os meios e o contexto em que se dá a recepção e a

(4) Martín-Barbero, Jesús. De los medios a las mediaciones. Comunicación, cultura y hegemonia. México, Gustavo Gilli, 1985, p.231.



apropriação de seus conteúdos, esse diálogo, se é que pode ser chamado assim com alguma propriedade, é assimétrico. O caráter estruturante dos “media” faz com que seus conteúdos alimentem e permeiem o tecido das representações sociais, passem a fazer parte integrante das orientações valorativas e do quadro de referências que são o núcleo mesmo da cultura e direcionem as transformações culturais. Nesse caso, a produção cultural, mesmo aquela fundada em outras matrizes ou contextos (tradicionais, por exemplo), está suscetível à incorporação de certas orientações, valores, e indicações do que é desejável e aceitável. Nesse sentido, as próprias margens, que permitem “negociação” de sentidos, são as experiências concretas de vida, em que o cotidiano, as percepções, as formas de interpretar e as expectativas nutridas estão, muitas vezes, em desconformidade com aquelas criadas pelos “media”.

Desta perspectiva, equivale dizer que não se pode assumir o consumo dos “media” a partir da perspectiva da realização de escolhas pessoais, em que os indivíduos optam pela oferta que mais lhes agrada ou mais compatível com seus interesses. Esta é a análise que os próprios meios fazem de sua atuação e na qual se esconde uma visão liberal de indivíduo, como fonte de sentido e de razão. Esta visão esquece (ou oculta) da própria existência dos meios como elementos importantes na construção social dos sentidos, na lapidação de sensibilidades e como reforçadores de um estilo de vida e de sociedade que, numa ponta, cultua os vencedores e na outra execra os marginais, perdedores, e ignora ou zomba dos dissidentes, sempre dando destaque aos “diferentes”. E mais, ao ocultar o enraizamento social dos indivíduos, a presença das ideologias e a importância de instituições de

socialização e do tipo de sociedade e de relações sociais que elas reforçam, pretendem atribuir aos indivíduos uma autonomia essencial que eles não possuem. Assim, é importante delimitar e identificar a real dimensão das “margens de negociação” de sentidos com a cultura hegemônica - mais especificamente com os meios de comunicação pois, devido ao caráter estruturante desses meios, não se pode superestimar o alcance dessas “negociações”.

Tendo em vista essas considerações sobre o papel dos meios na construção cultural, a perspectiva dos estudos culturais abre a possibilidade de se investigar a “negociação de sentidos” a partir de uma prática social que se concretiza sobretudo nas instâncias informais e microsociais, consideradas como espaços de construção cultural e de socialização básica, que compreendem a vizinhança, a vida em família e os pequenos grupos. São estes espaços os construtores primários de sentido e aqueles capazes de exercer o papel de mediadores entre os indivíduos, os meios e a cultura hegemônica, em que é possível experimentar uma sociabilidade em que ainda vigoram importantes laços de afetividade e de solidariedade, e talvez não seja exagero dizer que a permanência desses laços decorre também da necessidade de sobrevivência. Além disso, resta acrescentar que nestes estudos está presente a tentativa de melhor entender como alteram-se as formas de perceber, interpretar e representar o mundo: umas deixando de fazer sentido, outras modificando o seu sentido original (como as manifestações culturais tradicionais, por exemplo) como resultado de uma influência mediática e/ou de uma modernização das diferentes esferas que compõem a totalidade da experiência da vida. É este olhar

cuidadoso e atento à vida cotidiana em suas formas fundamentais de construção cultural e social a grande contribuição dos “estudos culturais” para as investigações em comunicação e cultura.

Novos Cenários: as culturas subalternas

De tudo o que tem sido dito a respeito da forma massificada de produção cultural pode-se concluir que da maneira como é realizada pouco contribui para a constituição de uma subjetividade capaz de gerar indivíduos livres e autônomos, desejosos e aptos a reivindicar mais reconhecimento e direitos. Entretanto, ainda que hegemônica, essa não é a única forma de produção cultural. O que se pode pensar é que ainda existem espaços para a construção da subjetividade que se encontra fora da mira (ou do interesse) tanto das indústrias culturais quanto das instâncias oficiais de socialização. E que estes espaços são regidos por uma outra lógica, outra racionalidade, nem sempre aquela utilitarista ou instrumental.

Esta abordagem teórica, ao propor uma incursão pelos caminhos rotineiramente trilhados pelos fazeres culturais nos leva a indagar sobre as formas “populares” (ou subalternas) de produzir cultura e subjetividade. Em outros termos, as proposições dos estudos culturais descortinam os cenários em que se exercem (velhas/novas/diferentes) práticas que podem, agora, ser apreendidas além das interpretações que as classificavam como resistentes ou alienadas, folclóricas ou exóticas. A partir de suas premissas, da importância que conferem às diferentes práticas e significados pode-se pensar os espaços de produção cultural das classes subalternas como fonte de solidariedade, de resposta à necessidade de reconhecimento, integração,

e humanização dos indivíduos. Talvez pensá-las também como ocasiões preciosas de auto-valorização, de tessitura da solidariedade social corroída pela rotina das soluções individuais e, por que não, como alternativas favoráveis à emergência de atores sociais cientes do valor de seu patrimônio cultural e dispostos a utilizá-lo como ferramenta para sua inserção social. Estas possibilidades apontadas pelos estudos culturais possuem inclusive um valor político, pois a partir do conhecimento obtido nas investigações sobre produção cultural e formas primárias de construção dos sentidos podem-se propor políticas concretas no sentido de dinamizar e incentivar aquelas favoráveis ao surgimento de sujeitos sociais.

É claro que a discussão sobre subjetividade como meio para a expressão do sujeito-ator, aquele que se reconhece como produtor de transformações sociais e culturais, que aqui se transpõe para a esfera da cultura, não acontece apenas no campo cultural. Existem instâncias que operam de uma maneira muito mais objetiva na formação consciente de sujeitos-atores sociais, como os sindicatos, alguns partidos políticos, certas organizações sociais, que requerem uma abordagem específica. Entretanto, os elementos culturais estão presentes em todas as situações, permeiam todas as experiências e São necessários para atribuir significado à vida, e as transformações sociais só se consolidam a partir do momento em que são incorporadas pela cultura. Daí a importância de se verificar, no interior das construções culturais, aquelas práticas propícias ao surgimento de sujeitos/atores culturais e sociais.

Se existe, no campo da produção cultural um lugar para a constituição de uma subjetividade que não seja (completamente) “assujeitada”, em conformidade com a ordem estabelecida, certamente não é na



produção cultural industrial de massa. Pode estar presente nas expressões culturais tradicionais, pois o que nos “media” é amnésia, obsolescência, fruição imediata e descartável, código intencionalmente simplificado para amplo reconhecimento; nas culturas populares é memória, associativismo, compartilhamento de referências e códigos comuns. Por ser fonte de solidariedade, de autonomia frente ao oficial, são desencadeadoras de processos socialmente relevantes como a construção de identidades e associativismo. Nesse caso, o que se verifica é um exercício dos requisitos para o surgimento de sujeitos atores, à medida em que os indivíduos não se saciam com o consumo cultural dos meios, mas reafirmam sua vivência e se reconhecem nas representações que fazem de si e de sua experiência da vida e do mundo, ao mesmo tempo em que se enriquecem com a excepcionalidade do evento e escapam de um cotidiano de subalternidade, de mediocridade e de embrutecimento.

Pode parecer paradoxal buscar

a constituição de sujeitos/atores, uma figura da modernidade, exatamente no interior de experiências culturais tradicionais, mas essa modernização que vivenciamos na América Latina, à qual Agnes Heller atribui um caráter híbrido (convivência, no plano institucional, do arcaico com o moderno), não proporcionou o surgimento de instâncias que favorecem a geração de sujeitos sociais. Contraditoriamente, o indivíduo é impelido a recorrer a formas tradicionais de associação e de expressão cultural para recuperar a sua auto-valorização, sua humanidade integral, para obter os meios de demonstrar sua dignidade e aspirar ao reconhecimento social. Tal como o conhecemos em nossos países, o projeto modernizador reservou poucos lugares para que os indivíduos possam se reconhecer como possuidores de direitos, encaminhar suas demandas e construir uma identidade de cidadãos. E, assim como mais igualdade e democracia, a identidade de cidadão só é conquistada por sujeitos /atores.

Bibliografia do artigo

- Gramsci, A. *Literatura e Vida Nacional*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1978.
- Gramsci, A. *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1978.
- Williams, Raymond. *Cultura*. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1992.
- Canclini, Nestor Garcia e Rafael Roncagliolo (orgs). *Cultura Transnacional y Culturas Populares*. IPAL, Lima, 1998.
- Canclini, Nestor Garcia. *As culturas populares no capitalismo*. Brasiliense, São Paulo, 1983.
- Martín-Barbero, Jesús. *De los medios a las mediaciones. Comunicación, cultura y hegemonia*. Gustavo Gilli, México, 1985.
- Heller, Agnes e Féher, F. “O pêndulo da modernidade”. in: *Tempo Social*, São Paulo, USP 6(1 -2) 47-82, 1994.

